

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.640 - RS (2019/0295869-0)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : ANDERSON NUNES PRESTES (PRESO)  
**ADVOGADO** : MARISTELA CELESTE DE ARAÚJO RODRIGUES -  
RS057472  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
SUL

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por **Anderson Nunes Prestes** contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no HC n. 0214924-61.2019.8.21.7000 (70082430158), que denegou a ordem, mantendo incólume o decreto de prisão preventiva.

Verifica-se dos autos que o ora recorrente foi preso em flagrante pela prática do crime do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, convertida em prisão preventiva, o que ensejou a Ação Penal n. 0003097-91.2019.8.21.0095, em curso na 1ª Vara Criminal de Estância Velha/RS, por ter sido flagrado com **17 gramas de crack e 9 gramas de cocaína**.

Mantida a segregação cautelar pelo Tribunal de Justiça gaúcho, vem a defesa, no presente recurso ordinário, apontar constrangimento ilegal decorrente da falta de fundamentação idônea e dos requisitos da custódia cautelar.

Alega que *não há qualquer indicação de indícios concretos no sentido de que o recorrente esteja se furtando de comparecer aos atos do processo, ou se esquivando de cumprimento de suposta pena condenatória que possa vir a ser proferida em seu desfavor* (fl. 135).

Requer, como pedido liminar, a imediata colocação em liberdade do recorrente.

É o relatório.

Inicialmente, destaco que a concessão de liminar é medida excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Com efeito, **nesse primeiro juízo de cognição sumária**, parece-me o caso

# *Superior Tribunal de Justiça*

de existência de ilegalidade na motivação da prisão cautelar. Isso porque **a decisão que decretou a prisão preventiva não indica elemento concreto que justifique a adoção da medida cautelar mais gravosa, estando fundada, tão somente, na gravidade abstrata do tráfico.**

Ao que se observa, o crime noticiado foi cometido sem violência nem grave ameaça à pessoa, tampouco há elementos que evidenciem uma gravidade distinta do tráfico; ao contrário, o referido ilícito, aparentemente, não destoa do usual, o que se infere a partir da pequena quantidade de droga apreendida (**17 gramas de crack e 9 gramas de cocaína**).

Importante salientar que, com o advento da Lei n. 12.403/2011, a prisão cautelar passou a ser, mais ainda, a mais excepcional das medidas, devendo ser aplicada somente quando comprovada a inequívoca necessidade, devendo-se sempre verificar se existem medidas alternativas à prisão adequadas ao caso concreto.

Assim, considerando as peculiaridades do caso, **defiro** a medida liminar para, por ora, substituir a prisão preventiva imposta ao paciente por medidas cautelares a serem fixadas pelo Juízo de origem, sem prejuízo de decretação da prisão preventiva em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força das cautelares ou de superveniência de motivos concretos para tanto.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara Criminal de Estância Velha/RS sobre o andamento da Ação Penal n. 0003097-91.2019.8.21.0095, com a remessa da sentença, caso tenha sido proferida.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator